



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008607-14.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Luisa Aparecida Spadacini Laera**
Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que é correntista do réu e nessa condição emitiu nove cheques para pagamento de compra que efetuou junto a terceiro.

Alegou ainda que todas as cártulas foram compensadas, exceção feita à de nº 33, devolvida mesmo havendo suficiente provisão de fundos na conta sob argumento injustificável.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou em razão disso.

Os documentos que instruíram a petição inicial prestigiam a versão da autora.

Deles, merecem destaque os de fls. 16/19.

O primeiro (fl. 16) demonstra que o cheque trazido à colação foi efetivamente devolvido pelo réu sob o argumento de que seria fraudado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já o de fls. 17/18 cristaliza tal título, não se vislumbrando qualquer indício de irregularidade a seu propósito.

O de fl. 19, por fim, encerra aviso de que a autora seria inserida perante órgão de proteção ao crédito por força da devolução do cheque.

Em sua contestação, o réu não refutou específica e concretamente os fatos articulados pela autora.

Limitou-se a, de maneira genérica, arguir a ausência de provas de que teria incorrido em falha ou ato ilícito, de sorte que inexistiria amparo à indenização postulada.

Como se vê, o réu não se pronunciou sobre os termos da petição inicial e tampouco fez referência aos documentos amealhados pela autora.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao reconhecimento de que o réu de forma desidiosa.

Incumbia-lhe comprovar que tinha respaldo à devolução do cheque comprovada a fl. 16, mas não o fez, o que por si só rende ensejo a dano moral passível de reparação.

Ao analisar a Súmula nº 388 do Colendo Superior Tribunal de Justiça (“*A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral, independentemente de prova do prejuízo sofrido pela vítima*”) o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião de assentar:

“Incide, in casu, a teoria do risco proveito, fundada na livre iniciativa¹⁰, que relega ao empreendedor, de modo exclusivo, o ônus da atividade econômica lucrativa explorada no mercado, tanto é que o eventual dever de indenizar surge independentemente da existência de culpa. É dizer: se os lucros não são divididos com os consumidores, os riscos também não podem ser. O dano, na espécie, é in re ipsa, que dispensa prova de maiores reflexos, patrimoniais ou morais.” (TJ-SP, Apelação nº 0000620-45.2012.8.26.0534, 24ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **FERREIRA DA CRUZ**, j. 20/08/2015).

Tal orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente e nesse contexto é de rigor a condenação pleiteada.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**